



A Inserção Profissional dos Assistentes Sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

Jane Cruz Prates (1) Mari Aparecida Bortoli (2) Rosilaine Brasil Kunzler (3)

- (1) Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Brasil. Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GTEMPP. E-mail: jprates@pucrs.br
- (2) Bolsista PNPd/CAPES. Membro do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GTEMPP. Líder do Grupo Movimentos Sociais, Direitos e Políticas Sociais – MOVIDOS, PUCRS/CNPq. E-mail: mari.bortoli@pucrs.br
- (3) Bolsista PNPd/CAPES. Membro do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GTEMPP. E-mail: rosilaine.kunzler@pucrs.br

RESUMO: *O presente artigo versa sobre a formação e a inserção profissional de Assistentes Sociais graduados em Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Porto Alegre. Apresenta-se um recorte dos dados enfatizando a coleta direta realizada com 89 (oitenta e nove) profissionais que explicitam as competências requisitadas, dificuldades encontradas para a materialização do trabalho e necessidades de formação. Analisa-se os resultados à luz do projeto ético-político profissional com ênfase nas competências requisitadas pela profissão. A investigação foi realizada no período de 2010-2012, com apoio do CNPq.*

Palavras-chave: *Serviço Social; Formação; Trabalho; Demandas do mercado; Demandas da profissão.*

ABSTRACT: *This article deals with the training and employability of graduates Social Workers in Higher Education Institutions of the Porto Alegre metropolitan area. It presents a cutout of data emphasizing the direct collection carried out with 89 (eighty-nine) professionals explain the requisite skills, difficulties in the realization of the work and training needs. We analyze the results in light of the ethical-political professional project with emphasis on the skills required by the profession. The research was carried out from 2010-2012, with support from CNPq.*

Keywords: *Social Service; Training; Work; Market demands; Demands of the profession.*



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou investigar através de um mapeamento dos egressos do Curso de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior IES da Região Metropolitana de Porto Alegre, graduados a partir do ano de 2000. Analisa-se a inserção no mercado profissional, as condições de trabalho, as áreas, setores e atividades desenvolvidas, a inserção em capacitações continuadas e pós-graduação, bem como as competências requisitadas para o desempenho de atividades no âmbito do Serviço Social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A investigação contou com apoio do CNPq e foi realizado a partir do trabalho integrado de professores pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, no período 2010 e 2012.

O estudo do tipo misto (CRESWELL, 2012), orientou-se pelo referencial do materialismo dialético e histórico (FRIGOTTO, 1994). Foram entrevistados egressos do Curso de Graduação em Serviço Social das IES da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dos 389 questionários enviados, obteve-se o retorno de 22% do universo remetido, ou seja, 86 questionários foram respondidos.

Embora o estudo tenha articulado análises de documentos da área, tais como projetos pedagógicos e grades curriculares das IES que dispunham de Cursos de Graduação em Serviço Social presenciais, na referida Região, neste artigo são apresentados apenas os dados obtidos por meio de questionários. A análise enfatiza aspectos relacionados às áreas de atuação, ao tempo de trabalho, à formação, às formas de contratação, às demandas profissionais, assim como às competências e habilidades. De modo geral, são apresentadas, dadas e analisadas as condições de trabalho dos Assistentes Sociais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados mostram um predomínio da inserção dos profissionais na área da Saúde, seguida das outras áreas que compõem o tripé da Seguridade Social: a Assistência Social e a Previdência Social. Foram 32,6% na área da Saúde, 24,9% na Assistência Social, 13,7 % na Previdência Social, 9,5 % na Habitação e 13% em empresas, ONGs, educação, assessoria, ensino com dedicação integral, entre outras. Além da inserção nas áreas mencionadas 12% declarou exercer a docência, de modo concomitante a outras atividades



profissionais e 13,7% informou ocupar cargos de gestão. Quanto à natureza das instituições verificou-se que 22% dos profissionais estão vinculados ao setor público federal, 38% ao setor público municipal, 17% ao setor público estadual e 18% vinculados ao setor privado e ao terceiro setor.

Na pesquisa realizada em 2005, pelo Conselho Federal de Serviço Social CFESS referente ao perfil do assistente social no Brasil, foi evidenciado que, dos 74.521 profissionais inscritos nos Conselhos Regionais da categoria, 78,16% encontravam-se vinculados a esfera pública estatal, sendo que destes 40, 97% no âmbito municipal, 24% no âmbito estatal e 13,2 % no federal (CFESS, 2005), confirmando portanto a predominância de contratação pelo setor público que, no caso de nosso estudo representa 77%.

Em relação à média de horas utilizadas em atividades laborativas vinculadas ao emprego, realizadas fora do horário de trabalho desses profissionais a pesquisa mostra que, para a preparação ou realização de atividades (e-mails, contatos telefônicos, pesquisas em sites, leituras de documentos, elaboração de relatórios, etc.), 61% responderam que trabalham mais de 12 horas extras semanais, 8% relataram que trabalham de 5 a 10 horas extras semanais, 18% informaram trabalhar cerca de 5 horas extras semanais e 5% informaram que estas atividades são muito eventuais, não sendo possível dimensionar ou referindo que sua dimensão não é significativa. A média de horas extras trabalhadas, segundo informação dos diplomados pesquisados é de 16 horas semanais.

O trabalho invisível, portanto, fica evidenciado, para a maioria dos sujeitos. Todavia está incluído na carga horária de modo naturalizado o que denota uma das faces do processo de precarização do trabalho que absorve sua vida ou para utilizar uma expressão de Alves (2011), uma forma sutil de captura da sua subjetividade. A jornada de trabalho se estende para o espaço da vida privada reduzindo não só o tempo de descanso, mas as possibilidades de contatos, a participação do trabalhador em outras instâncias, assim como a atenção do trabalhador para outros temas.

A tecnologia da informação que, em princípio, poderia facilitar, contribui para aumentar ainda mais o tempo de trabalho, conforme aponta Antunes (2005), referindo-se a expansão do trabalho em domicílio, por meio da telemática ou teleinformática, associadas às formas de flexibilização e precarização.

Os trabalhadores que apontaram o maior volume de carga horária excedente e o maior volume de demandas fora do horário de trabalho são aqueles que exercem, de modo integral ou associado a outras atividades, a docência. Destaca-se a necessidade de aprofundar estudos acerca das condições de trabalho docente para que estes aspectos possam ter maior visibilidade e sejam equacionados pela categoria, uma vez que as condições de trabalho impactam sobremaneira não só na qualidade de vida do trabalhador, mas no produto do trabalho, no caso dos docentes, na formação dos assistentes sociais.



Quanto à formação continuada dos diplomados, 28% tem pós-graduação, sendo que destes 70% com mestrado, 29% com especialização (alguns com mais de uma) e residência e 1% com doutorado. Ainda 4% dos pesquisados estão realizando especialização, residência, mestrado ou doutorado. Além das formações em Serviço Social e política social, em nível de pós-graduação *stricto sensu* foram mencionadas especializações nas áreas de recursos humanos, direitos humanos, políticas públicas, projetos sociais e culturais, e saúde. Na área da saúde, foram destacadas pelos pesquisados as áreas da saúde mental, saúde da família, saúde da criança, saúde coletiva, saúde do trabalhador e atenção básica, além das residências em saúde.

É importante destacar que a oferta diversificada de especializações na área da saúde é mais um estímulo para a qualificação desse profissional contribuindo para sua inserção nessa área de política pública, resultando na concentração dos contratos de trabalho para os Assistentes Sociais. Destaca-se também o estímulo governamental, por meio de editais com bolsas específicas de mestrado e doutorado direcionados a esta área.

Ressalte-se que, embora a área da assistência social tenha logrado um crescimento bastante significativo em termos de absorção desse trabalhador especializado, prevalece esta profissão no contingente geral de áreas contratadas para atuarem nas equipes em Centro de Referência da Assistência Social CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS. A carência na oferta de especializações e residências que tenham essa área como foco dificulta o processo de qualificação desses profissionais. Muitos dos profissionais inseridos nessa área têm buscado a formação em nível de mestrado, embora o objetivo central não seja pela docência e a pesquisa, mas sim para a capacitação e qualificação profissional.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS é o único no Estado do RS que oferta mestrado e doutorado em Serviço Social. O Estado dispõe também de um Programa de Mestrado em Políticas Sociais ofertado pela Universidade Católica de Pelotas UCPEL. Tomando por base os dois últimos processos seletivos do PPGSS-PUCRS verifica-se que 60% das investigações propostas pelos ingressantes tem como tema a Política de Assistência Social. Estudo paralelo que vem sendo realizado pelo Grupo de Estudos em Teoria Marxiana e Políticas Públicas GTEMPP mostra que o Serviço Social é responsável por cerca de 80% da produção nacional sobre a área, se considerado o conjunto de dissertações e teses sobre a Política de Assistência Social e SUAS, disponibilizadas pela CAPES (PRATES et al, 2012).

Quanto ao regime de trabalho, em que pese o fato de 77% dos profissionais pesquisados estarem vinculados ao setor público, 40% declarou sua contratação como Celetista, a maioria de 52% é Estatutário e 4% realizam serviços temporários e recebe por tarefa. Portanto, 17% dos profissionais, embora não estejam vinculados ao setor privado,



têm suas relações de trabalho reguladas pela Consolidação das Leis Trabalhistas CLT. Com relação à carga horária, a maioria se divide em jornadas de 30 ou 40 horas semanais, os que acumulam funções de docência com outra atividade realizam em média 52 a 60 horas semanais e um contingente menos significativo realiza jornadas de 20h, 12h e 8h semanais.

Para a análise do material coletado, a partir dos questionários ou de documentos como as grades curriculares, consideraram-se as competências cuja base de construção é orientada pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993), pelas Diretrizes Curriculares (1996) e pelo Código de Ética Profissional (1993).

Quanto às demandas requisitadas pelo mercado, considera-se a competência técnica para elaborar planos, fazer diagnósticos, fazer entrevistas, fazer reuniões, elaborar laudos, estudos, pareceres técnicos, trabalhar em equipe, captar recursos (planejamento, articulação de dados, realização de sínteses, capacidade de comunicação oral e escrita, manejo de tecnologias informacionais). Conforme Prates et al (2012), o mercado exige um trabalhador polivalente, capaz de apresentar resultados quantitativos com base em procedimentos técnicos na área das políticas sociais.

No que concerne às demandas da profissão, consideram-se as competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa: introjeção de valores da profissão, postura ética, reconhecimento dos limites dados pelo assalariamento e da autonomia relativa do profissional, compromisso de classe e com a construção de novas formas de sociabilidade, capacidade crítica e autocrítica (superação do senso comum, reconhecimento dos processos de alienação, das contradições inerentes aos seres, processos e organizações).

Nesta perspectiva, considera-se a apropriação do método e teorias para explicar o real e subsidiar os processos de análise/intervenção, capacidade investigativa e de planejamento, capacidade de leitura do contexto histórico-social, articulando universalidade e particularidade, reconhecimento da unidade teoria-prática, apropriação da história como processo e como elemento fundamental para o conhecimento dos seres, processos e formas de organização, condicionada pelo contexto econômico-social e cultural (da profissão) – relacionada aos contextos mundial, nacional e local, apropriação acerca da realidade brasileira, das formas de organização do trabalho e do estado, das expressões de desigualdade decorrentes desses processos e das manifestações de resistência dos sujeitos – objeto (questão social).

No que diz respeito às competências profissionais, considera-se também a capacidade de movimentar mediações na operacionalização de técnicas de abordagem singulares e coletivas, privilegiando as últimas, conhecimento acerca de processos sociais subalternizadores e emancipatórios, apropriação adensada sobre as categorias trabalho e questão social e sua relação com a luta de classes, com os processos de alienação e desalienação, articulada pelo trinômio história-teoria-método e espaços didático-



pedagógicos que enfatizam teoria e prática concreta (DIRETRIZES CURRICULARES, 1996).

As primeiras competências são articuladas ao conhecimento de economia, legislação, direitos humanos, políticas sociais, estratégias de gestão e avaliação, assessoria e supervisão, particularidades de espaços sócio-ocupacionais onde os profissionais se inserem, particularidades de segmentos sociais vulnerabilizados, de gênero, de ciclo de vida, entre outras. No dizer de Prates et al (2012): “É necessário que esse profissional não restrinja sua formação a competências técnico-operativas, enfatizadas pelo mercado de trabalho, mas as ilumine pelas competências teórico-metodológicas e ético-políticas que lhes dão direção social e clareza de finalidade”.

Os Assistentes Sociais entrevistados destacam entre as competências o planejamento, a elaboração de projetos e relatórios, realização de avaliações e pesquisas. Ressaltam as habilidades para realizar abordagens singulares e coletivas, habilidades didático-pedagógicas, capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares, trabalho em redes, capacidade de comunicação oral e escrita, postura ética e o manejo de técnicas, como a entrevista, a visita domiciliar, além da elaboração de estudos e laudos sociais. Com menor incidência foi mencionado o domínio do método, a capacidade de gestão e uso de tecnologias.

No que tange a formação, foram destacados o domínio técnico-operativo, os conhecimentos gerais, os conhecimentos específicos sobre as políticas públicas, a experiência prática, a expressão oral e escrita, os processos grupais, as técnicas de trabalho em relações interpessoais, o planejamento e captação de recursos e maior conhecimento sobre as políticas (especialmente em relação às políticas de habitação e previdência social) e o conhecimento sobre avaliação e pesquisa.

Chama a atenção a ênfase aos aspectos técnico-operativos em detrimento de análises mais amplas e sua mediação com as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais, em que pese a significativa menção a processos de planejamento e pesquisa que podem ter dimensão ampliada, mas também podem ser reduzidos a processos operativos. Outro aspecto que foi reiterado em diversas expressões dos pesquisados foi a dificuldade de expressão oral e escrita.

Todavia diversos profissionais disseram não terem maiores dificuldades para dar conta das competências exigidas pelo trabalho, considerando o aspecto da formação, pois esta é generalista e lhes garante bases para o exercício da profissão como demonstra o depoimento: “Todo o trabalho desempenhado é realizado com tranquilidade com o aprendizado recebido na graduação, mas é sempre bom aprender mais”. Os entrevistados não deixam de reconhecer a necessidade de aprofundamento acerca das temáticas que correspondem às áreas nas quais se inserem e a importância da formação permanente.



No que concerne à estrutura disponibilizada para a realização do trabalho foram apontados com maior incidência problemas relacionais, seja por empecilhos hierárquicos, entraves por conta de relações de poder, falta de maior espaço para a participação, ausência de espaços coletivos para debates e planejamento conjunto, conforme expressa esse depoimento: Espaços pequenos com muitos profissionais (...) também a comunicação (ou a falta dela) e disputas hierárquicas, o que algumas vezes acaba emperrando o trabalho do Serviço Social. Essa pode ser considerada a maior dificuldade. Também foram destacados como entraves a falta de conhecimento das políticas sociais e as dificuldades nas relações interdisciplinares. Por fim, destacaram a ausência de equipamentos, salas adequadas e recursos materiais.

Em relação às condições de trabalho, ressaltaram nos depoimentos a falta de incentivos aos que buscam maior capacitação, baixos salários, excesso de demandas e de cobranças. Os entrevistados mencionaram o sobretrabalho e a ausência de preocupação com relação à saúde do trabalhador, conforme mostra o depoimento: “Existe sobretrabalho, acarretando no aumento das horas trabalhadas, isso se agrava quando não há organização e/ou comunicação entre alguns departamentos”. Por outro lado, a aprovação das 30 horas semanais, a relevância atribuída ao trabalho com carteira assinada e o bom ambiente de trabalho foram lembrados como conquistas importantes para a categoria.

Considerando todos os aspectos anteriormente abordados de modo articulado, 62% dos pesquisados declararam as condições de trabalho regulares e, para os demais, são satisfatórias. Chama a atenção para o fato de que nenhum profissional as considerou excelentes ou precárias. Contudo, quando estimulados a realizar a mesma avaliação em relação ao seu nível de satisfação considerando aspectos relativos unicamente ao prazer na realização de seu trabalho, oportunidade de autodesenvolvimento e identificação com o que realiza 80% avaliaram como excelente; 10% como satisfatório e 10% como regular. As justificativas para a realização desta avaliação destacam tanto aspectos positivos quanto negativos. Existe quem afirma: “Adoro ser assistente social, entretanto não estou nem um pouco satisfeita com meu local de trabalho. O fato de termos de atender demandas complexas em pouco tempo, em razão das altas também me deixa muito frustrada.” E também quem afirma que “Principalmente a identificação com os aspectos éticos e políticos do Serviço Social, mesmo com as dificuldades para a atuação profissional, sentimo-nos motivados a perseguir constantemente os objetivos profissionais e fazer com que nossas atitudes possam garantir aos usuários de nossos serviços o acesso à habitação e aos demais direitos sociais”.

Quando questionados quanto ao interesse em participar de capacitações e formação complementares a totalidade dos sujeitos respondeu de forma afirmativa. Desse total, 90% manifestou interesse em participar de seminários, minicursos e cursos de extensão; 40%



mencionou ter também interesse em cursos de especialização, 60% expressou o interesse em realizar cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Um último item foi aberto no questionário para a apresentação de sugestões, mas apenas 8 dos respondentes utilizaram este espaço complementar e destacaram o trabalho profissional, o aprofundamento acerca das políticas sociais e temas que lhe são transversais e aspectos relativos ao planejamento e as relações sociais. Na expressão dos entrevistados: “Considero que o debate sobre as atribuições e competências profissionais necessita ser adensado na formação profissional, igualmente a formação voltada para o Sistema Único de Saúde SUS e o Sistema Único de Assistência Social SUAS também são aspectos fundamentais” e, “Pela experiência adquirida no processo de trabalho, bem como nos estudos realizados, acredito que na formação profissional do assistente social, a questão urbana e a política de habitação deveriam ser discutidas com profundidade, pois todos moram em cidades, sejam: adultos, crianças, adolescentes, etc; por isso, discutir as prerrogativas que circunscrevem as cidades, também deveriam ser priorizadas”.

Quanto às grades curriculares, embora não se tenha privilegiado este documento, neste momento da análise, é recorrente a oferta de disciplinas que trabalham com as políticas sociais e os espaços mais restritos para os aspectos mais amplos que viabilizam análises críticas mais adensadas, além de maior aprofundamento sobre os fundamentos do Serviço Social, onde se inclui o método dialético-crítico e sua efetiva mediação para dar subsídios ao eixo técnico-operativo.

Outro aspecto que merece destaque é a pouca ênfase aos processos que conformam o exercício do planejamento, especialmente o estratégico participativo e o adensamento dos processos de gestão incluindo o trato do fundo público. A inclusão de temas como urbanismo e habitação ainda é recente no nível da graduação e, em muitas IES não consta a oferta dessas disciplinas, assim como de disciplinas que sejam centradas na Política de Previdência Social.

O ensino da pesquisa, embora tenha centralidade nos documentos da área e seja orientada a sua transversalidade na formação, a partir das reformas curriculares, sua carga horária foi reduzida para que fossem contemplados outros conteúdos, especialmente exigidos pelo mercado, o que pode ser considerado um prejuízo à formação. Temas como empreendedorismo e responsabilidade social, em algumas IES se constituem como disciplinas, quando poderiam ser trabalhados como módulos temáticos em disciplinas mais gerais de gestão e planejamento viabilizando a oferta de outros conteúdos de maior relevância.



3. ALGUMAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Os dados aqui analisados dão visibilidade aos impactos da reestruturação produtiva nos processos de trabalho nos quais os trabalhadores, entre eles os assistentes sociais, estão inseridos. Ficou evidenciado nas expressões dos profissionais investigados a precarização do trabalho, o sobretrabalho muitas vezes agravado pelo trabalho invisível, realizado no espaço do domicílio para complementar atividade cujos prazos são exíguos e não há tempo ou condições de serem efetivados no espaço de trabalho. Algumas condições precárias de trabalho são naturalizadas pelos trabalhadores, como a substituição do pagamento de horas-extra pelo banco de horas.

Ressalta-se a precarização mais acentuada, em termos de sobretrabalho, dos profissionais que exercem atividades docentes, muitos deles de modo concomitante a outras atividades, na condição de professores horistas. Pode-se considerar ainda que diante do contexto de desemprego estrutural e da oferta de trabalho terceirizado, a simples formalização é enaltecida. São destacados pelos profissionais os limites à realização do trabalho por conta da falta de infraestrutura, o que inclui não só locais inadequados, falta de recursos e equipamentos, como também equipes reduzidas.

Outro aspecto destacado por vários profissionais foi em relação às condições de trabalho. Eles mencionam dificuldades de realizar o trabalho interdisciplinar, dificuldades de trabalhar com relações de poder, em especial as relações políticas, e a ausência de espaços onde haja maior participação de trabalhadores e usuários, portanto, espaços a serem conquistados.

Em que pese à realidade dessas dificuldades há que se considerar que espaços sócio-ocupacionais como prefeituras, secretarias de estado, fundações e departamentos através dos quais o executivo materializa as políticas públicas, são espaços eminentemente políticos e assim precisam ser reconhecidos. Logo, é preciso que os profissionais desenvolvam competências que lhes permitam trabalhar estrategicamente nestes espaços, realizando mediações, ampliando a participação e o controle social, a partir de avanços e recuos, de acordo com a realidade particular de cada local. Estudos sobre poder local, relações de poder e estratégias de mobilização são fundamentais para contribuir com uma melhor ocupação destes importantes espaços que concentram o maior volume de contratação desse profissional.

O estudo mostra que os profissionais pesquisados além da graduação na área têm qualificações complementares diversas, realizadas através de especializações, mestrados e residências ou mesmo a graduação em outras áreas. Apesar desta qualificação, no que



tange as dificuldades para a realização do trabalho, destacam-se aspectos essencialmente operativos, incluindo conhecimentos básicos, tais como o uso da linguagem.

Os Assistentes Sociais mostram o interesse na formação continuada, tanto a partir de cursos de curta duração, como no investimento especialmente nos mestrados e doutorados. Mostram também que, apesar das adversidades, são estimulados pela pesquisa, pela produção simbólica da profissão materializada nos seus valores e diretrizes e pela identificação com essa profissão e os compromissos por ela assumidos coletivamente.

Apesar das adversidades de um processo de precarização que limita as condições de trabalho, impõe o sobretrabalho acarretando prejuízos à saúde do trabalhador e a qualidade do produto de seu trabalho, considerado não apenas em termos quantitativos, mas em termos substanciais, ainda assim os principais valores e diretrizes da profissão continuam sendo elementos fundamentais a estimular os profissionais na busca pela formação permanente e superação sistemática das contradições que atravessam os diversos espaços ocupacionais com seus aspectos universais e particulares.

Conclui-se, como uma totalização provisória, que esta análise apenas inicia um processo que se pretende dar continuidade e aprofundar e que as demandas institucionais tem sido restritas a requisitar um profissional polivalente, com competências circunscritas ao eixo técnico-operativo, disposto a expor-se a condições precárias de trabalho, em especial ao sobretrabalho, ampliado pelo desenvolvimento tecnológico que contraditoriamente, ao invés de facilitar um processo de qualificação da vida do trabalhador, tem sido mais um elemento de ampliação da mais-valia.

Há na formação uma concentração significativa no trato das políticas sociais, além de laboratórios e oficinas que privilegiam a mediação dos fundamentos com o eixo técnico-operativo, mesmo assim estes foram os aspectos mais destacados pelos profissionais como aqueles que deveriam ser adensados.

São restritos ou pouco significativos os espaços resguardados aos Fundamentos do Serviço Social, e a ênfase à articulação história-teoria e método, o que exige mais aprofundamento sobre este tema em particular, o que inclui um debate mais adensado sobre o materialismo dialético e histórico para contribuir com subsídios às IES que possam fomentar processos de aprimoramento.

O planejamento e a avaliação (diagnóstica, de programas e políticas, do território) são destacados pelos pesquisados como demandas das instituições, sendo competências que precisam ser aprimoradas, pois nas grades avaliadas estes conteúdos são pouco privilegiados. Apesar de todos estes aspectos mencionados que expressam dificuldades, demandas, sobretrabalho, condições precárias, a profissão é valorizada pelos profissionais que, no último item relativo ao nível de satisfação em relação ao trabalho que realizam, mostram-se na sua grande maioria, muito satisfeitos.



A formação profissional em Serviço Social, portanto, tem de ser amplamente problematizada e sistematicamente atualizada para atender as demandas do mercado e da sociedade cada vez mais complexas especialmente se considerarmos o recrudescimento da questão social, cujas expressões são objeto de trabalho dessa profissão. Logo, problematizar o modo como se expressam as desigualdades e as alternativas utilizadas pelos sujeitos para enfrentá-las é, sem dúvida, o elemento articulador de toda a formação profissional. Isto requer capacidade investigativa e propositiva, a apropriação acerca das políticas sociais, importante espaço de mediação do trabalho profissional, a apreensão de processos sociais e práticas participativas, elementos do planejamento e gestão acerca dos diferentes condicionantes que conformam os fenômenos sociais sejam eles políticos, econômicos, culturais ou sociais.

Articulada a estes aspectos as questões éticas e a clareza do projeto ético-político profissional dão direção e sustentação às competências para formar profissionais críticos comprometidos com as transformações que exigem o seu tempo histórico. Estes fundamentos nortearão os eixos teórico-metodológicos e técnico-operativos que também compõem o instrumental utilizado pela profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ADUFRJ. **Reestruturação produtiva e automação**. Rio de Janeiro, UFRJ. 2006.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. France : Presses Universitaires, 1977.
- CFESS, **Pesquisa sobre o Perfil Profissional**. CFESS/CRESS e UFAL, 2005.
<http://www.cfess.org.br/source/boletim>, acesso em março de 2008.
- FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, I. (org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade** In: CEFESS. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores por temas**.
<http://www.ibge.gov.br/home/> acesso em abril de 2008.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. URSS: Progresso, 1987.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NOGUEIRA, Jairo Dias. **O prolongamento da jornada de trabalho e a dupla subordinação contemporânea**: estudo junto aos trabalhadores da iniciativa privada em educação da cidade de Pelotas/RS. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPGSS/PUCRS, 2007.

PRATES, Jane C. **Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

_____. **A mediação da teoria e do método marxiano na formação profissional**. Artigo. Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz do Iguaçu, ABEPSS, 2007.

_____. **O mercado de trabalho para o Assistente Social e o SUAS**. Artigo Completo. Anais do II Seminário de Políticas Sociais do MERCOSUL. Pelotas, UCPEL, 2008.

_____. **As revisões curriculares na área do Serviço Social e o desenvolvimento de competências para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Relatório da Pesquisa. Porto Alegre, CNPq/ PUCRS, 2012.

YASBECK, Carmelita e SILVA Maria Ozanira. **Serviço Social Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2005.